

DESAFIOS PARA A VALORIZAÇÃO DE COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL

O filósofo brasileiro Raimundo Teixeira Mendes, em 1889, adaptou o lema positivista "Ordem e Progresso" não só para a Bandeira Nacional, mas também para todo o contexto hodierno, que resulta na democracia e a integridade da Nação. Lamentavelmente, entre eles, os desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil, representa uma antítese a máxima do símbolo pátrio, tendo por sua vez a desordem e o retrocesso do desenvolvimento social. Esse lastimável panorama é calcado na inoperância estatal e tem como consequência a exploração ilegal de jazidas minerais e as frequências corriqueiras de desmatamentos florestais.

Em primeiro lugar, a falta de ações do Poder Público é um dos principais entraves enquanto mantenedora da problemática. Acerca disso, o filósofo contratualista inglês Thomas Hobbes, em seu livro "O Leviatã", defende a incumbência do Estado em proporcionar meios que auxiliem à coletividade social. As autoridades, contudo, vão não vão caminhando nas ideias de Hobbes, uma vez que tal prerrogativa se mantém em relação à retirada de territórios ambientais importantes de comunidades e povos. Além disso, assim como pontuou a filósofa francesa existencialista Simone de Beauvoir, "O mais escandaloso dos escândalos é o fato de podemos habituar aos descasos governamentais, negligenciando direitos sociais indispensáveis, como o direito ao meio ambiente e à cidadania. Logo, a omissão do Estado perpetua a exclusão destes indivíduos em conviver nas populações locais do Brasil.

Por conseguinte, engendra-se os incêndios e a apropriação de recursos naturais de maneira ilegalizada. Posto isso, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 2019, de cada 100 acidentes cometidos na Floresta Amazônica, 99 são ocorridos por ações humanas. Diante de tal exposto, os componentes químicos formados de forma incorreta, corrobora ainda mais os desafios de reconhecimento pelo Ministério Público Federal. Portanto, é inadmissível que esse cenário continue a perdurar.

Tornar-se imperativo, deste modo, que é mister a atuação governamental na retirada dos habitantes locais. Assim, a fim de conviverem em harmonia, ora nas relações de cada um, ora na preservação da natureza, cabe ao Poder Executivo Federal, mais especificamente ao Ministério do Meio Ambiente e da Cidadania, fiscalização quanto aos potenciais infratores. Isso só será feito por meio de reuniões e conferências pelos Poderes Presidenciais. Somente assim, o lema da Bandeira Nacional voltará a restituir a "Ordem e o Progresso" nesta Nação.